

Água como arma: da proibição histórica à prática sionista

A água, a necessidade mais fundamental para a vida, foi transformada em arma ao longo da história – usada para causar fome, doenças, deslocamentos e destruição de populações civis. O direito internacional, desenvolvido ao longo de séculos de guerras e reflexões, proibiu explicitamente o envenenamento, a destruição ou a negação de acesso a fontes de água. No entanto, na era moderna, encontramos um Estado – **Israel** – que violou repetidamente essas normas, tanto histórica quanto sistematicamente, em sua colonização e ocupação da terra palestina. Desde a guerra biológica em 1948 até a sabotagem de infraestrutura na Cisjordânia e táticas de cerco em Gaza, o uso da água como arma permanece uma característica constante da política sionista.

Este ensaio traça a história da militarização da água, sua proibição sob o direito internacional e a evolução das táticas israelenses, do envenenamento direto ao domínio estrutural. Ele também explora como o fracasso dos primeiros planos de vingança judaica na Europa pós-guerra ajudou a catalisar uma redireção da violência – culminando no longo e contínuo ataque à vida palestina por meio do controle e destruição da água.

Militarização da água: uma visão histórica

O envenenamento deliberado de fontes de água há muito é condenado como um ato hediondo de guerra. Exemplos antigos e medievais são abundantes, desde exércitos sitiantes que contaminavam poços com cadáveres até o uso de toxinas naturais. À medida que as leis de guerra evoluíram, tais atos tornaram-se legalmente e moralmente intoleráveis.

- A **Convenção de Haia IV (1907)** proíbe o uso de veneno ou armas envenenadas (Art. 23(a)).
- O **Protocolo de Genebra (1925)** proíbe armas químicas e biológicas, incluindo na água.
- A **Convenção sobre Armas Biológicas (1972)** e a **Convenção sobre Armas Químicas (1993)** reafirmam essas proibições.
- O **Estatuto de Roma do TPI (1998)** define o uso de água envenenada como crime de guerra sob o Artigo 8(2)(b)(xvii).

No século XX, tais atos tornaram-se **direito internacional consuetudinário**, vinculando todos os Estados e atores. No entanto, essas normas foram rapidamente violadas durante o estabelecimento do Estado sionista na Palestina.

Operação “Lança teu pão” e o envenenamento de água sionista (1948)

Em 1948, durante a Nakba (o deslocamento forçado de mais de 750.000 palestinos), milícias israelenses e unidades científicas realizaram operações deliberadas de guerra biológica contra civis palestinos. Um dos exemplos mais claros disso foi o envenenamento de suprimentos de água com **bactérias de tifo**:

- **Acre (maio de 1948)**: Forças sionistas contaminaram o abastecimento de água municipal com tifo, causando doenças em massa. A Cruz Vermelha interveio. Esse foi o primeiro uso conhecido de armas bacteriológicas por forças sionistas e foi coordenado pela **Unidade 131** da Haganah.
- **Gaza (junho de 1948)**: Um plano semelhante foi frustrado pelas autoridades egípcias. Operativos sionistas carregando agentes biológicos foram presos antes da implementação.
- **Vilarejos como Biddu, Beit Surik e 'Ayn Karim** tiveram seus poços ou reservatórios contaminados ou destruídos, causando doenças e deslocamentos.
- **Ein al-Zeitun e várias aldeias na Galileia** tiveram seus poços permanentemente sabotados, muitas vezes em conjunto com massacres ou expulsões em massa.

Essas operações violaram várias disposições dos **Regulamentos de Haia**, mesmo em vigor na época, e se encaixavam na doutrina do **Plano Dalet** – uma estratégia mais ampla para despovoamento e dissuasão.

De envenenar a Alemanha a envenenar a Palestina: uma mudança de alvo, o nascimento da impunidade

Em 1945, o **grupo Nakam** – uma rede de sobreviventes do Holocausto comprometidos com a vingança – planejou envenenar o **abastecimento de água** em cidades alemãs como Nuremberg e Munique. Eles se infiltraram nos sistemas de água municipais e obtiveram mapas de acesso, com a intenção de matar milhões usando arsênico. Mas o plano falhou quando as autoridades britânicas interceptaram seu líder e o veneno foi jogado no mar.

Incapazes de alcançar ou punir os alemães – geograficamente distantes e politicamente protegidos – a raiva do grupo não se dissipou. Foi **redirecionada**. Um alvo muito mais acessível e desprotegido estava próximo: o **povo palestino**. Esses eram os mesmos povos que, durante o Holocausto e nos anos anteriores, em muitos casos **ofereceram refúgio aos judeus** quando nenhum Estado ocidental – incluindo os EUA e o Reino Unido – os aceitaria, como exemplificado pela **Conferência de Evian** de 1938.

Apenas três anos depois, as forças sionistas envenenariam poços palestinos – não como vingança pelo Holocausto, mas como uma ferramenta de colonização e deslocamento. Para justificar isso, eles construíram uma mentira: que **os palestinos, não os alemães, eram responsáveis pelo Holocausto**.

A versão mais repetida dessa mentira afirma que **o Grande Mufti de Jerusalém, Haj Amin al-Husseini**, “incitou” ou co-planejou o Holocausto com Hitler. Essa alegação desmorona sob o escrutínio da linha do tempo histórica, mas permanece **um pilar da propa-**

ganda israelense. Mesmo hoje, contas de hasbara e políticos israelenses continuam a repetir essa distorção, chamando os apoiadores da Palestina de “islamo-nazistas” ou “palinazistas” – uma inversão narrativa destinada a apagar a culpa alemã e justificar a violência sionista contra os palestinos.

Táticas modernas: violência dos colonos e controle estrutural

Embora os ataques biológicos tenham cessado, a militarização da água continuou em formas mais insidiosas – particularmente na Cisjordânia, onde o regime de ocupação israelense projetou um sistema elaborado de **privação estrutural**:

- **Vandalismo dos colonos:** Colonos regularmente **banham-se em cisternas comunitárias**, destroem tubos de irrigação, atiram em tanques de água nos telhados e bloqueiam o acesso a nascentes.
- Em **julho de 2025**, colonos desviaram água destinada a mais de 30 vilarejos palestinos para encher uma **piscina privada** em um assentamento próximo.
- **Sabotagem de cisternas** inclui encher poços com **pedras, concreto ou lixo**, tornando-os inúteis.

Essa violência dos colonos é **permitida por políticas estatais**, particularmente aquelas enraizadas na **Ordem Militar 158 (1967)**, que **exige que os palestinos obtenham permissões para qualquer nova instalação de água**, incluindo **coleta de água da chuva**. As permissões quase nunca são concedidas.

O regime Mekorot: apartheid institucionalizado

A companhia nacional de água de Israel, **Mekorot**, supervisiona um sistema no qual:

- **52%** da água extraída vai para Israel.
- **32%** para assentamentos ilegais.
- **Apenas 16%** permanece para os palestinos, que somam milhões.

Enquanto isso, os palestinos na Cisjordânia recebem apenas **20–50 litros por dia**, muito abaixo do **mínimo da OMS** de 100 litros. Assentamentos desfrutam de fazendas irrigadas e piscinas. Isso não é escassez – é supremacia.

Na **Área C**, a extração excessiva por Israel do **Aquífero Montanhoso** fez com que os poços palestinos secassem ou se tornassem salinos. Em lugares como **Bardala** e **Al-Auja**, a agricultura está entrando em colapso. A própria terra está sendo morta. Isso é **ecocídio**.

Criminalizando o céu: água da chuva como contrabando

Nem mesmo o céu é livre. Sob a **Ordem Militar 158**, a coleta de água da chuva é criminalizada. Cisternas construídas sem permissão são:

- **Demolidas** pelas forças israelenses.

- **Confiscadas** como “infraestrutura ilegal”.
- **Punidas** com cortes de água (por exemplo, uma vila em 2017 perdeu todo o seu abastecimento de água por cinco dias).

Essas práticas violam a **Quarta Convenção de Genebra**, os **Regulamentos de Haia (1907)** e o **direito humano à água** sob o **ICESCR**. Os israelenses consomem pelo menos **quatro vezes** mais água que os palestinos.

Gaza: cerco como guerra ambiental e biológica

Em Gaza, a água tornou-se não apenas uma mercadoria – mas uma arma de **cerco**. Desde 2007, Israel bloqueou ou bombardeou infraestrutura crítica:

- **Usinas de dessalinização** destruídas.
- **Instalações de tratamento de esgoto** alvejadas.
- **Combustível para bombas de água** negado.

A partir de 2025:

- **Mais de 97%** da água de Gaza é imprópria para consumo.
- Crianças sofrem de **doenças crônicas transmitidas pela água**.
- Desde **2 de março de 2025**, Gaza entrou na **fase 5 de fome do IPC**, com sistemas imunológicos enfraquecidos tornando até casos leves de **enterite** potencialmente fatais.

Quando imagens de **crianças palestinas emaciadas** circulam online, contas de hasbara israelenses as descartam como vítimas de “doenças genéticas”. A mesma alegação foi feita pelos nazistas sobre vítimas como **Anne Frank**, que não morreu em uma câmara de gás, mas de **tifo**, uma **doença transmitida pela água** em Bergen-Belsen. Os ecos são assustadores.

Conclusão: envenenar a água, envenenar a memória

A água sempre foi uma arma. Mas no projeto sionista, tornou-se uma doutrina – um meio de remoção, punição e dominação. De 1948 até o presente, poços foram envenenados, aquíferos saqueados e a sede criminalizada. Em Gaza, crianças morrem por falta de água limpa. Na Cisjordânia, comunidades inteiras são forçadas a abandonar suas terras.

E, no entanto, mesmo enquanto sua água é roubada ou destruída, os palestinos são culpados – não apenas por resistir, mas pelos crimes de outros. Um povo que ajudou a salvar refugiados judeus do Holocausto tornou-se **seu bode expiatório** – não pelo que fizeram, mas porque estavam próximos.

Militarizar a água é **declarar guerra à própria vida**. E transferir a culpa pelo genocídio para as vítimas de seus sobreviventes é **envenenar a verdade**. Se houver paz, primeiro deve haver justiça. E a justiça começa com **desmascarar a arma**, nomear o crime e devolver a água – tanto física quanto moral – àqueles de quem foi roubada.